



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 04-11-13

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – Boa noite a todos.

Estão abertos os trabalhos da 25ª audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Desporto do ano de 2013, tendo como objetivo o debate sobre o Projeto de Lei nº 15/13, de nossa autoria, que dispõe sobre incentivos fiscais para o fomento de atividades esportivas e paradesportivas e dá outras providências.

Convido para compor a Mesa os Srs.: Secretário-Adjunto de Esportes, Lazer e Juventude do Estado de São Paulo, Clovis Volpi; Secretário Nacional de Esportes de alto Rendimento, Ricardo Leyser; Diretor da Lei de Incentivo ao Esporte e Presidente da Comissão Técnica de Avaliação de Projetos do Ministério do Esporte, Paulo Vieira; Presidente do Conselho Regional de Educação Física, Prof. Flávio Delmanto; Presidente do Sindiclube e parceiro nosso para a realização desta audiência, Cesar Roberto Leão Granieri; Ex-Secretário Municipal de Esporte da Cidade de São Paulo e membro do Conselho Nacional do Esporte, Antonio Moreno Neto.

Devemos, ainda, receber representantes de entidades e organizações e agradeço a participação de cada um dos que estão aqui.

O método proposto é o de fazermos esta audiência em dois tempos. Um primeiro tempo, abrindo a palavra para a manifestação daqueles que compõem esta Mesa e, em seguida, franquear a palavra para cada um que queira usá-la, discutindo essa proposta de lei que, neste instante, vamos debater.

O objetivo desde PL, primeiro, foi a inspiração de um projeto de lei aprovado no Congresso Nacional que estimulou a participação do setor privado e de pessoas físicas no financiamento de programas, eventos; no apoio a atletas, a clubes a atividades vinculadas ao esporte, em todas as suas dimensões: ao esporte educacional, ao esporte de alta performance e ao esporte recreativo.

Estão aqui representantes do Ministério do Esporte que poderiam falar, de maneira

mais precisa, quanto ao sucesso de iniciativas vinculadas à lei federal de incentivo ao esporte. E nós imaginamos que a Cidade de São Paulo, por ser a principal cidade do Brasil, a cidade mais rica do Brasil - vejam vocês que a Cidade de São Paulo é a responsável por 12% de toda a riqueza produzida no país. Daí mostrar a importância econômica que tem esta Cidade.

A Cidade de São Paulo é a sede de um conjunto de companhias importantes da vida econômica brasileira; é a sede, também, de uma série de entidades, de organizações, de clubes, públicos e privados, que realizam, desde a formação de atletas até o treinamento de alta performance, até o estímulo às atividades recreativas e educacionais.

E a consideração nossa é que nós poderíamos usar esse potencial, essa riqueza de São Paulo a favor do esporte. E o objetivo desta lei, portanto, é criar um mecanismo para que as empresas, sobretudo, mas também pessoas físicas, possam deduzir parte do imposto que devem à municipalidade, seja na forma do Imposto Sobre Serviços, ou do Imposto Predial e Territorial Urbano – ISS ou IPTU, ter um desconto desse imposto quando aplicar esses recursos no financiamento de projetos, programas, atividades que seriam credenciadas a partir de uma comissão técnica que iria avaliar cada um desses projetos.

Esse é conteúdo, esse é o objetivo do projeto que está em tela e não seria obrigatória a realização de uma audiência pública porque têm determinadas matérias que a Câmara de Vereadores vota que é obrigatória a realização de audiências públicas. Nesta matéria não é obrigatória a realização de audiência pública, mas consideramos que seria oportuno abrir para que as várias organizações, entidades, representações pudessem fazer observações de modo que possamos aperfeiçoar a aplicação desta lei.

Portanto, esse é o sentido e nós vamos ouvir, de saída, experiências de outros níveis de Governo: do Governo do Estado e do Governo Federal.

Então, passo a palavra, inicialmente, para nosso Secretário-Adjunto, Clóvis Volpi.

O SR. CLÓVIS VOLPI – Boa noite a todos.

Cumprimento a Mesa na pessoa do Vereador – não sei se falo Vereador, Ministro,

Deputado Federal – Orlando, hoje ocupando um cargo na Câmara Municipal de São Paulo, e que tem uma trajetória, um histórico extremamente ligado às questões sociais. Entre essas questões sociais, podemos ter, com certeza, a área da Educação, da atividade social como um todo, e principalmente o Esporte, que eu acho que se interage em todas essas outras atividades que, muitas vezes, nós não focamos, mas que está fazendo esse trabalho.

Portanto, Orlando, parabéns pela iniciativa. Ficamos no sentido de participar desta reunião, desta audiência pública no sentido de colaborar e, talvez, mostrar o quanto é importante os governos entenderem que projetos incentivados poderão não só dinamizar as atividades pelas quais o projeto está ligado, mas também, além de incentivar, agilizar esse processo. Porque, muitas vezes, quando nós tratamos de entidades, ou mesmo de Prefeituras, fazendo um trabalho diretamente ligado com os governos, pelas vias normais, há um processo muito moroso, uma burocracia extremamente incrementada e quando se criaram as leis de incentivo, todo esse meandro, esse meio da burocracia que atrapalha muito, que demora, ele acaba sendo eliminado em algumas etapas, em algumas fases.

Portanto, acho que, no Brasil, assim como se faz hoje principalmente nos países europeus, há um crescimento muito grande das leis de incentivo às atividades esportivas, atividades sociais, atividades educacionais.

A lei paulista, eu vejo aqui algumas pessoas com as quais acabei conversando e que já fazem uso da lei paulista de incentivo ao esporte. Ela foi criada em 2010 e nesse ano teve um andamento extremamente pequeno, mas de 2011 para frente começou a ser incrementada e fechamos agora, em 2013, com aporte financeiro de 80 milhões que já foram captados no mercado, portanto, em mais alguns dias a Secretaria da Fazenda encerra o processo de captação e foram apresentados aproximadamente 750 projetos.

Confesso, e algumas pessoas presentes sabem disso, tivemos algumas dificuldades para encontrarmos o veio para que esta lei pudesse ser extremamente representativa, rápida, e com análise mais sóbria e tranquila com relação aos projetos

apresentados.

Para o ano de 2014 temos expectativa de chegar perto dos 120 milhões, que é mais ou menos um parâmetro igual ao ProAC da área da Cultura. Se isso acontecer serão atendidos aproximadamente uns 400 projetos, já que consideramos serão apresentados, como neste ano, uma média de 700 a 800 projetos.

Essa lei é muito simples, eficaz e passou por essa reformulação para ser muito mais dinâmica. Nossa lei estadual é com incentivo através do ICMS, portanto, as empresas fazem os seus cadastros na Secretaria da Fazenda solicitando que possam ser inseridas no processo da lei de incentivo ao esporte. Uma vez autorizadas pela Secretaria da Fazenda elas recebem esse cadastro e todos os meses a Secretaria da Fazenda informa à empresa solicitante do cadastro o quanto ela poderá contribuir com o ICMS. Esses valores são mensais, portanto não há um padrão fixo de contribuição e após a empresa ser informada, ela vai fazer esse aporte diretamente numa conta vinculada entre a Secretaria Estadual de Esportes mais a entidade que apresentou o projeto.

Uma vez capitalizado 35% do valor total do projeto abre-se uma nova conta bancária, sempre no Banco do Brasil, e há uma transferência de recurso para essa conta movimento, em que o instituto acaba fazendo a movimentação bancária para iniciar o seu projeto.

Isso vem acontecendo muito normalmente. Estamos agilizando esse processo de liberação de recursos e a apresentação dos projetos no ano passado foi com muita dificuldade. Nós não tínhamos ainda um pouco de controle sobre isso e não tivemos uma rigidez nesse controle. Então tivemos algumas dificuldades e todos devem ter acompanhado, mas neste ano foi publicada uma nova resolução que dá exatamente a dinâmica de como se processará a apresentação dos projetos e como se processará o andamento desses projetos durante o período de apresentação, conferência de documentos, avaliação técnica e liberação de recursos.

Portanto haverá uma dinâmica maior, um controle maior e com certeza os projetos que foram apresentados terão que ter uma qualidade bem melhor do que a que tivemos em 2013. As entidades que tiverem essa configuração de seriedade e bons projetos terão privilégios evidentemente.

No nosso caso - âmbito estadual - também podemos fazer com prefeituras. Ou seja, as prefeituras podem apresentar projetos de todos os tipos que estão lá especificados no decreto mais projetos de ampliação de infraestrutura. Isso é uma novidade até porque no Governo Federal a Prefeitura não pode entrar, no nosso caso ela pode entrar.

Eliminamos evidentemente que o instituto quando tem uma concessão de direito de utilização de uma área, não poderá fazer investimento de infraestrutura podendo fazê-lo através da Prefeitura que fez a concessão. O projeto deve ser apresentado pela Prefeitura.

Os valores dos projetos continuam os mesmos já publicados no ano passado, 60 mil e poucas UFESPs, o que vai dar um milhão cento e setenta. Podem-se apresentar três projetos por entidade desde que não ultrapasse esse valor de 60 mil UFESPs e os projetos são analisados separadamente porque às vezes um pode passar e outro não. Então não levamos em consideração a instituição, mas sim o projeto.

No ano passado havia uma diretriz e esta foi um grande problema nosso, que era para que fossem analisados os projetos de acordo com o número de inscrição. Evidentemente, *mea culpa*, embora eu não estivesse trabalhando nesse setor. Houve alguns deslizes que acabaram se confundindo na nossa equipe, e não se fez a análise na forma em que estava a resolução.

Neste ano não. Rigorosamente não existe isso. Os projetos podem ser apresentados até 20 de dezembro e não haverá uma sequência cronológica por ordem de entrada, mas por avaliação. Vamos fazer uma avaliação do projeto sempre levando em consideração projeto esportivo muito mais derivado ou ligado à área social.

Há um interesse muito grande do Governo que os projetos esportivos façam um

atendimento na área social. Prova disso, observando o decreto que foi publicado vocês vão verificar que projetos em cuja cidade o IDH seja um dos 100 mais baixos do Estado de São Paulo, receberão uma prioridade de análise para que possamos fazer essa interface entre esporte e programa social.

E sabemos que cidades que têm IDH baixo não têm evidentemente indústrias, não têm um corpo técnico dentro das prefeituras com capacidade para fazer análise e apresentar projetos bons, mas estamos fazendo esse esforço.

Outra novidade: tenho percorrido as instituições empresariais, as associações de classe de empresas divulgando esse trabalho, para que eles entrem na Secretaria da Fazenda e façam o cadastro, para que possamos ter um banco de empresas que tenham interesse em patrocinar projetos.

E na outra ponta estamos divulgando nas prefeituras e entidades, percorremos grande parte do Estado de São Paulo, divulgando e mostrando essa novidade na forma de apresentação de projetos, como devem ser apresentados e qual a influência que devem ter nesse conflito social que as cidades vivem hoje.

Portanto, achamos que vamos ter um banco de projetos numa mão e um banco de empresas que estarão fazendo suas inscrições para contribuição do ICMS. Sempre digo que a empresa quando faz sua inscrição e começa a contribuir, aquele dinheiro é público, é do Estado e é este que está abrindo mão daquele recurso, mas a empresa pode usar o seu logotipo de patrocínio, há uma regrinha lá, desde que acompanhado também com o logotipo do Estado e especificando que aquele projeto patrocinado trata da lei paulista de incentivo aos esportes.

Quero cumprimentar o Vereador e dizer o seguinte: as cidades de grande porte econômico – e temos tentado divulgar isso – como São Bernardo, São Caetano, são cidades que tem uma arrecadação avaliada em quatro mil reais por cabeça, por habitante a cada ano, poderiam e têm um ISS e ICMS extremamente altos, poderiam fazer pequenas leis ou leis

limitadas fazendo a liberação do ISS.

Para minha surpresa o Vereador Orlando já saiu na frente mostrando que São Paulo poderá ter em termos de lei municipal, será a primeira abrindo mão do ISS e IPTU. Evidentemente o Prefeito vai fazer sua análise, esse comportamento financeiro é meio complicado para ficarmos opinando, mas tenho certeza absoluta que se isso acontecer no Estado de São Paulo será o início de um grande processo de investimentos localizado de grandes cidades, por exemplo, Guarulhos, São Bernardo, Santo André. Essas cidades têm uma receita muito boa de ISS e que poderiam fazer uma cópia desse projeto abrindo mão, um pouco, dos seus recursos nesse imposto municipal.

Na relação do Estado não há ISS, mas o que há é o ICMS e, portanto, trabalhamos com isso.

Cumprimento o Paulo Pinheiro. Nós estivemos na FIESP falando das nossas leis e fizemos um pacto de que o Estado não vai aplicar mais recursos financeiros em esporte de alto rendimento porque a União já faz isso e faz melhor do que nós. Por isso mudamos um pouco o decreto e vamos ficar com o esporte com cunho social. Os atletas de esportes de alto rendimento terão bastante dificuldade de passar projetos no Estado este ano, mas a União ampliará o cofre para fazer o esporte de alto rendimento. Não ajuda muito fazermos as mesmas coisas é bom que um faça um pedaço e outro faça outro pedaço.

Vi que muitas pessoas conhecem de cor e salteado a lei estadual, alguns até tiveram problemas em receber dinheiro e ficam bravos comigo, mas é porque estamos regularizando. Não é o caso do instituto da Olga.

Agradeço a atenção de vocês. Eu pedi e talvez eu não possa participar mais desta audiência porque faleceu o Presidente da Liga de Futebol, o Lázaro, muito amigo meu, ele está na Vila Alpina e gostaria, se vocês pudessem me liberar, de ir ao velório. Nós militamos juntos no esporte amador da região do ABC durante muitos anos e, lamentavelmente, ele faleceu. Eu gostaria de passar lá para cumprimentar a família.

Ricardo, ele é do remo. Nós falamos hoje. Está valendo um puxão de orelha no pessoal do remo depois para conversarmos e vermos como podemos achar uma alternativa para ajudá-los.

Um abraço a todos. Fiquem com Deus e boa sorte. Parabéns, Orlando. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – Agradeço o Sr. Secretário-Adjunto. A experiência da Secretaria Estadual será muito importante para que possamos ter uma lei municipal eficiente.

Convido para participar desta Mesa o nosso Secretário Municipal do Esporte, Celso Jatene.

Tem a palavra o Sr. Paulo Vieira.

O SR. PAULO VIEIRA – Boa noite a todos e a todas.

Cumprimento o Vereador Orlando, ex-ministro. Ele mesmo disse que a audiência pública para um projeto como este não é necessária, mas é importante o debate com o setor esportivo, com o segmento, principalmente, uma lei com essa importância, esse alcance, com a visibilidade e com a possibilidade de ampliar o financiamento ao esporte brasileiro. É muito importante este debate e estamos abertos a isso.

A lei federal de incentivo ao esporte é uma reivindicação de décadas do segmento esportivo que se confirmou na gestão do Ministro Orlando junto com o Presidente Lula quando sancionaram a lei em 2006 e que foi regulamentada em 2007.

Desde o seu início, movimentou aproximadamente 900 milhões de reais no esporte brasileiro. É dinheiro novo, que não existia, que não era movimentado no esporte. Essa parceria da iniciativa privada com o setor público e mesmo com as organizações não governamentais é fundamental para o setor do esporte.

Vemos meninos e meninas do projeto do Instituto Olga Kos que está conosco desde o início da lei e que você percebe na cara das pessoas a mudança importante nas suas vidas, na repercussão interna da família. Tive a oportunidade de ir a alguns eventos do Instituto

e você vê mudanças efetivas na vida das pessoas e das famílias. Às vezes as pessoas tinham dificuldade de caminhar e se movimentar por conta própria e conseguem com o desenvolvimento do projeto ter mais autonomia. O projeto é fundamental e o financiamento da lei ajuda nisso.

Na lei federal de incentivo, eu só quero fazer uma correção do que o Clóvis falou. Ele disse que a Prefeitura não pode apresentar projeto na lei federal, mas pode sim. Qualquer ente público seja governo, Prefeitura ou universidade pode apresentar projeto na lei, assim como entidades de direito privado sem fins lucrativos que tenham natureza esportiva.

Então, a lei é ampla. Recebemos aproximadamente 1.700 projetos por ano. Todos os projetos que chegam são analisados, sem exceção. É dada resposta aos proponentes em relação aos projetos.

A Comissão Técnica da lei é paritária - metade governo e metade sociedade – e são reuniões públicas, abertas a participação da sociedade, qualquer pessoa pode ir e assistir. Várias pessoas que estão aqui já participaram de reuniões da Comissão e tiveram a oportunidade de estar presente para assistir à reunião.

É importante que a gente tenha clareza, Vereador Orlando e Sr. Secretário, que a renúncia fiscal pode ser, em um primeiro momento, para quem administra o recurso da Prefeitura, dizer que está abrindo mão de recurso, mas quando você fala de troca de renúncia por incentivo direto ao esporte, por incentivo à projetos sociais, por incentivo à projetos de rendimento e melhoria de vida das pessoas, você não está abrindo mão de receita, você está direcionando receita para investimentos diretos e o esporte é, efetivamente, uma ferramenta fundamental de inclusão social e de transformação da vida das pessoas. (Palmas)

Quando falamos em renúncia, estamos dizendo que estamos transformando vidas de pessoas, direcionando recursos da Prefeitura que poderiam estar sendo utilizados em outras questões, mas está sendo direcionado diretamente ao esporte nessa perspectiva.

Essa é uma bandeira fundamental que tem o apoio do Governo Federal, do

Ministério do Esporte. Estamos tentando estimular pelo Brasil leis municipais e estaduais na política de financiamento. A lei estadual de São Paulo vem se aprimorando. A existência de uma lei municipal na cidade de São Paulo é exemplar e fundamental, inclusive para que a gente estimule que outros municípios adotem essa política para que possamos desenvolver cada vez mais o esporte.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – Obrigado, Paulo.

Queremos passar a palavra para uma entidade que foi parceira da realização dessa iniciativa, colaborou desde o primeiro tempo quando eu procurei o Presidente do Sindi-Clube que, prontamente se colocou à disposição para mobilizar a comunidade dos clubes socioesportivos da cidade de São Paulo. Mais do que isso, chegou a apresentar uma proposta objetiva, concreta, de mudanças, aperfeiçoamento, um verdadeiro substitutivo.

Registro a presença dos Srs. Jamelli, nosso craque; Ralf e os parceiros do Instituto Olga Kos; representantes do Clube Pinheiros, da Subprefeitura de Pinheiros e de Jabaquara, do Instituto SIM, do Ato Cidadão, do Campeões da Educação, da Abriesp, entre outros.

O Sr. Cezar Roberto Leão Granieri, o nosso querido Betinho, vai falar da posição dos clubes da Cidade.

O SR. CEZAR ROBERTO LEÃO GRANIERI – Boa noite a todos, Srs. Orlando Silva, Celso Jatene e demais membros da Mesa já citados; também os Srs. Paulo Novis, Vice-Presidente do Sindi-Clube; Dutra Falzonaro, Vice-Presidente do Conselho de Pinheiros; Ana Lúcia, do Grupo de Jornais; Jamil Murad, amigo de grandes batalhas, cumprimento o Sr. Presidente por esta iniciativa, porque é muito importante este momento que estamos vivendo, a década do esporte, de 2010 a 2020, e sem dúvida temos todos os caminhos para nos tornar grande potência no esporte.

Já somos um país fadado ao esporte pelos 8.000 km de praia, de mar, e toda a parte do país que permite tudo com relação ao esporte, então é o nosso grande momento. Por

isso, sem dúvida, o Brasil se tornará uma potência esportiva no final dessa década, a partir de 2020.

E essa iniciativa do Sr. Ministro para que viessem recursos para os clubes, de forma geral, para aproveitamento da iniciação esportiva é muito importante. Tomamos a iniciativa de apresentar uma alteração no sentido de ter um fundo para a distribuição desse dinheiro, que se percebe que a captação desses recursos é um pouco difícil, principalmente em se tratando de clube de menor porte, clubes que encontram mais dificuldade em fazer contato com empresários, com as pessoas que podem dar esse apoio financeiro.

Então, a ideia do fundo seria termos um local para onde essa importância seria transferida e, a partir daí, com a análise dos projetos, mais ou menos dentro do padrão que o Governo Federal definiu, porque aí teríamos uma condição da distribuição desses recursos e a captação já seria garantida, então seria só a aprovação dos devidos projetos.

Mas quero dizer que trouxemos essa ideia, essa proposta, e se pudermos, dentro dela, adiantar esses recursos de uma forma um pouco mais simples para que eles sejam captados pelos clubes, pelas instituições. Essa foi a nossa contribuição.

Mas, encerrando a minha fala, quero cumprimentar o Ministro Orlando Silva, porque é muito difícil, no nosso país, pensarmos em recursos. E estou vendo que em razão de diversas atuações da política atual no nosso país, nós temos conseguido bastante recurso. Hoje já tem do Governo Federal, do Governo Estadual, e, com a sua iniciativa, teremos também do Governo Municipal.

Parabéns e muito obrigado pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – Agradeço ao Sr. César Roberto Leão Granieri, representante do Sindi Clube. Consideremos não apenas a sua manifestação, como também a proposta encaminhada formalmente para que fosse analisada tecnicamente. Ainda que saibamos que a lei de 2004 trata de maneira semelhante, é importante colhermos a elaboração feita pelo Sindi Clube.

Temos algumas representações da Rede Esporte pela Mudança Social, o Grupo (Ininteligível), o Lar Nossa Senhora da Aparecida, o Colégio Marista Diocesano, São Paulo Atlético Clube e o Esporte Capão Bonito. Agradeço a todos vocês.

Tem a palavra o Prof. Flávio Delmanto, Diretor da Escola de Educação Física da FMU e membro do Conselho Federal de Educação Física.

O SR. FLÁVIO DELMANTO – Boa noite a todos. Ex-ministro, nobre Vereador Orlando Silva, na pessoa de quem cumprimento os demais componentes da Mesa.

Está claro para todos que temos incentivo fiscal em nível federal e estadual. E agora, com a proposta deste projeto de lei, haverá também a possibilidade de haver incentivo fiscal em nível municipal.

Agora há uma preocupação. Ouvei o Paulo falando, e gostei muito do posicionamento dele. Também vemos essa garotada aqui. O esporte de alto rendimento já tem recurso. O que vai acontecer depois de 2016? É nisso que temos de pensar. O legado não é apenas equipamento. Queremos um legado na cultura da população que pratica atividade física por saúde e esporte, e, logicamente, considerando os projetos sociais. Estão aqui pessoas que, em 2020, por exemplo, podem ser atletas de seleção nacional. Então fiquei contente com esse posicionamento do Ministério, de saber que teremos projetos de incentivo ao esporte, mas principalmente para a formação, porque depois de 2016 será um problema.

Parabéns, Vereador Orlando. Tenho certeza de que será muito bom para o esporte nacional. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – Registro a presença de representantes do Conselho da Pessoa com Deficiência, da ANPG (?), da Associação de Moradores do Jardim Ipanema e da ACCB. Agradeço a presença de todos.

Passarei a palavra a um membro da Mesa que já foi parte da comissão de avaliação de projetos do Governo Federal, foi presidente do Clube Esporte Clube de Pinheiros, uma tradição muito importante na (Ininteligível) do Celso. É um clube que é parte fundamental

do sistema de alto rendimento. Aliás, está aqui o nosso querido Dutra, Presidente do Esporte Clube Pinheiros. Levanta-se para que todos possam vê-lo. (Palmas) Pinheiros, que é a casa de incentivo ao esporte. Pinheiros recebe o evento *Empresário amigo do esporte*. E não apenas isso, porque Pinheiros, que é a casa das festas de incentivo (inaudível) por todos os anos, recebe um evento, o Empresário Amigo do Esporte. Mais do que isso, Pinheiros é também um centro de esporte de alto rendimento no Brasil. Se fosse um país, Pinheiros estaria muito bem colocado nos jogos olímpicos, paraolímpicos, panamericanos e parapanamericanos. Então, agradeço toda a família de Pinheiros.

Tem a palavra o Sr. Toni, representante do Conselho Nacional do Esporte.

O SR. TONI – Boa noite a todos. Cumprimento primeiramente o nosso Ministro, Secretário e Vereador Orlando Silva, pela iniciativa. Cumprimento também o Vereador Celso Jatene, Secretário Municipal de Esportes, que está dando uma força muito grande. Tenho certeza de que vamos conseguir a aprovação dessa matéria. É lógico que isso depende muito das Secretarias Municipais de Planejamento e de Finanças.

É muito importante o que foi dito aqui. Quando se fala em alto rendimento pelo atleta, isso ocorre a partir dos 14 anos de idade. Às vezes, pessoas confundem o alto rendimento como sendo para pessoas de 19, 20 ou 21 anos, quando já estão naquele degrau de cima. Até pela condição jurídica do alto rendimento, a idade é a partir dos 14 anos. Quando foi falado sobre a formação, há algumas atividades que começam antes dos 14 anos, mas algumas modalidades devem ser começadas nessa idade.

Participamos do esporte e sabemos que, tanto o Governo Federal quanto os Governos Estaduais e Municipais, já foi feito um levantamento, de quanto do orçamento eles dedicam ao esporte. A média brasileira dá em torno de 0,6%. As cidades, em seu orçamento, têm 0,6% destinado ao esporte. Isso é quase nada. Essa iniciativa do Vereador Orlando Silva, de propor a aprovação da Lei de Incentivo ao Esporte Municipal, é muito importante, porque vem ajudar a complementar esses recursos. Há a Lei de Incentivo Federal, Estadual e

Municipal.

É muito importante haver projetos já destinados. Aqui vai uma proposta difícil de ser colocada. Coloco aí uma ressalva, da seguinte forma: Para um valor “x” destinado para recursos do esporte olímpico, proporcionalmente, teríamos também para o paraolímpico. Deveria ser já obrigado, na lei, haver destinação para o esporte paraolímpico. É muito importante haver essa atividade. Para isso, há entidades dos esportes paraolímpicos, que poderão ajudar, em muito, a destinação dessa verba. Então, coloco essa sugestão, para o esporte paraolímpico.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – Agradeço a presença dos Srs. Ricardo Leyser e Paulo Vieira, que representam aqui o Ministério.

Tem a palavra o Sr. Ricardo Leyser, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, que coordena o trabalho de preparação das nossas delegações e competições, que coordena a seleção quanto aos investimentos de infraestrutura para o esporte brasileiro. Ele tem uma importante experiência e um papel muito central para o desenvolvimento de políticas públicas para o esporte no Brasil.

O SR. RICARDO LEYSER – Muito obrigado, nobre Vereador Orlando Silva. Saúdo aqui os nossos companheiros da mesa. Começo fazendo uma homenagem ao nosso querido Vereador Orlando Silva. De Ministro a Vereador, S.Exa. está aqui sempre preocupado com o esporte. Nós que vivemos com o esporte, precisamos desse compromisso dos homens públicos, independentemente da posição em que estão e do nível de governo que estão, sempre batalhando por políticas públicas de esporte. Sei que S.Exa. tem uma história vinculada ao esporte. Faço essa homenagem ao nobre Vereador, por não nos esquecer e não nos deixar sozinhos aqui na nossa luta diária, para construir o esporte brasileiro. Esse é um projeto oportuno.

Falo um pouco do momento em que vivemos. O Brasil vive, no esporte, um

momento muito especial, até mesmo invejável. Muitos poucos países viveram esse momento, de muita oportunidade. Às vezes, algumas pessoas ficam em dúvida e dizem: “Será que é bom haver Copa do Mundo e jogos olímpicos?” Nós que estamos, no dia a dia, sabemos o quanto o Japão brigou para ter jogos olímpicos lá. Tanto é assim que ganhou os jogos. Sabemos quanto os Estados Unidos brigaram e quantos países europeus e árabes, inclusive Dubai, investem, milhões de dólares, por ano, para terem direito ao que o Brasil conquistou, na época em que o Vereador Orlando Silva era Ministro. Por que é importante esse momento? Falo de 2007, quando houve jogos panamericanos no Rio de Janeiro, passando pelos jogos mundiais, em 2012, pela Copa das Confederações, em 2013, e agora pela Copa do Mundo, FIFA, pelos jogos olímpicos e paraolímpicos.

Ganhamos a chance de fazer aquilo que gostaríamos de fazer pelo esporte pela vida toda, mas não tínhamos condições. Qual era o orçamento da Secretaria Municipal do Esporte antes dos jogos panamericanos? Qual era o orçamento do Ministério do Esporte? Que leis havia? Havia pouca coisa. Quando assumimos o Ministro do Esporte, em 2003, no primeiro ano do Governo Lula, não havia bolsa atleta e nem lei de incentivo ao esporte. Há pouco havia sido criado o Ministério. O nosso orçamento era pequenininho, e quando olhávamos para o Brasil, faltava dinheiro para fazer base, faltava dinheiro para o (ininteligível) Desporto, faltava estrutura... A situação era muito difícil. Conseguimos, a partir de algumas políticas públicas estruturadas, mudar essa situação.

Mas o que foi central com essa mudança? A visibilidade que esses eventos deram para o esporte. Como conseguimos aprovar a Lei de Incentivos no Governo Federal. Após(?) os jogos panamericanos. Quando todos viram o sucesso, os atletas estrangeiros, os dirigentes e todo mundo falavam bem do Brasil, inclusive do Rio de Janeiro, Chegávamos e havia arame nos carros de Polícia, amarrando as portas. Para o Panamericano, investimos 650 milhões de reais. Trocamos todos os carros de Polícia no Rio de Janeiro, e aí começou essa virada de segurança que há no Rio hoje. O PT, tudo isso...

Quando chegamos, em 2004 e 2005, para fazer o Panamericano, nada disso existia. E com o sucesso, conseguimos aprovar a Lei de Incentivos. Então, esse momento é especial. Os países que tiveram chance de fazer a Copa do Mundo e os jogos olímpicos podem ser separados em dois grupos. No primeiro, estão aqueles que fizeram só o evento e desperdiçaram a oportunidade e, no segundo, estão aqueles que souberam trazer o máximo de legado e de benefício para o seu país.

O que o Brasil precisa fazer é aproveitar essa oportunidade, para transformar a nossa situação no esporte, deixando esse legado esportivo fantástico. Nós podemos fazer bem para os jogos olímpicos, acabando os eventos, em 2016, e mais nada sobrar ou sobrar alguns belos estádios. Mas e para a população e para a prática esportiva? Vai sobrar muito pouco. Há alguns exemplos em outros países, como a Espanha, que fez uma transformação urbana em Barcelona. O Sr. Prefeito Eduardo Paes tenta fazer algo semelhante no Rio de Janeiro. Conseguiram fazer isso. Outros países, como a Austrália, transformaram-se numa grande potência esportiva. Outro caso ocorreu com a Inglaterra, que deu um foco muito grande na importância da prática desportiva pela sua população. Falo desses países ricos, e o Brasil está chegando nesse caminho.

A obesidade e o sedentarismo são problemas sérios e graves de saúde. O problema já tem esse problema de obesidade do que desnutrição. Esse é um sinal do desenvolvimento econômico. O esporte tem essa capacidade de mudar. No Brasil, não podemos falar em transformação e em legado se não olharmos para São Paulo. São Paulo é a locomotiva não só econômica do Brasil, mas também esportiva. Se não tivermos o esporte forte, na cidade de São Paulo e no Estado de São Paulo, nós não vamos ser um Brasil forte no esporte. Essa é a realidade. A Cidade e o Estado respondem por muito do PIB brasileiro; respondem muito pelo esporte brasileiro.

Então, se queremos ser um país que mostre a sua competência e sua capacidade de gerar para a sua população um benefício esportivo, por meio desses grandes eventos, nós

temos de necessariamente incentivar o esporte em São Paulo. Obviamente todos nós estamos trabalhando em parceria com o Município e o Estado, para construirmos isso, mas quando falamos numa lei de incentivos, estamos falando para além da atividade estatal. É benefício estatal para ajudar quem? As pessoas da sociedade civil e aquelas organizações que estão no dia a dia, batalhando pelos direitos dos cidadãos, pelo acesso ao esporte e por uma melhor qualidade de vida das pessoas, que precisam desse apoio do Estado.

A Lei de Incentivos é um grande mecanismo para ajudar os senhores, quem faz o esporte. Nós ajudamos, mas quem está, na ponta, fazendo o esporte, no dia a dia, são os clubes, as associações, as pessoas nos bairros e os times.

Como podemos deixar esse legado? Podemos deixar uma estrutura. Aqui vamos investir, com a Prefeitura, na recuperação de vários clubes, do centro olímpico, com ajuda do Estado também. Depois, vamos deixar uma legislação perene. Ela pode ir em frente, em 2014 a 2017, dando condição de os senhores terem um benefício tributário, para que empresas, empresários e pessoas físicas apoiem o que os senhores estão fazendo.

Isso vai dar uma força, uma capilaridade muito grande para o nosso esporte, porque não vai depender de só um Ministro do Esporte bom, um Presidente ou uma Presidente como a Sra. Dilma Rousseff, que se interessa em colocar investimentos.

Estava comentando com o Ministro Aldo hoje de manhã que sempre brigávamos, na época em que o Sr. Orlando era Ministro, para não sermos o último colocado no orçamento federal. Em último lugar, estava o Turismo. Hoje nós deixamos oito ministérios para trás, mas não podemos viver só de um Presidente, de um Ministro, de um morador ou de um Prefeito que tenha interesse pelo esporte. Temos de deixar uma legislação, uma condição que permita que os empresários invistam e que os senhores possam se beneficiar disso. Tudo isso vai gerar um esporte muito mais enraizado na sociedade, com muito mais projetos e pessoas trabalhando.

Então, a importância é a aprovação desse projeto de lei, do Vereador Orlando Silva, que está no contexto do legado dos jogos olímpicos e da importância para o País. Se nós não

tivermos sucesso, em São Paulo, nessa estruturação, com certeza, o papel do Brasil vai ser reduzido. Nós não vamos conseguir fazer pelo nosso País tudo o que gostaríamos. Agora se São Paulo conseguir colocar, de pé, esse projeto, com a sua força econômica, com a força da sociedade civil de São Paulo e com todo esse envolvimento da comunidade esportiva que há, na Cidade, acho que vai ocorrer o contrário: O Brasil vai dar passos maiores e mais largos na construção desse legado esportivo. Pela importância da Cidade, esse projeto vai se espalhar, vai contaminar positivamente todas as outras cidades, e o potencial que nós podemos ter aqui, de construção, vai ser fantástico. Provavelmente vai ser mais do que o Ministério faz, mais do que a Secretaria do Estado faz e mais do que a Secretaria Municipal faz. Venho aqui dar o nosso apoio e falar da importância desse projeto.

Em última instância, faço uma homenagem ao Vereador Orlando Silva, pela dedicação ao esporte, não só paulistano, mas também brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – Agradeço as suas palavras gentis, sobretudo a sua contribuição.

O Sr. Fábio fará as inscrições das pessoas que queiram falar depois do Sr. Secretário. A nossa ideia é colhermos, pelo menos, dez depoimentos, para que possamos ter o máximo de contribuição nessa reunião.

Agradeço, mais uma vez, o Sr. Secretário Celso Jatene, que fez um esforço enorme para chegar aqui e participar dessa nossa iniciativa. A Secretaria é fundamental. S.Exa. tem sido um parceiro muito importante, não só no nosso mandato, mas de todos os Vereadores para a cidade de São Paulo. Por isso que S.Exa. tem tanto respeito pelos seus colegas na Câmara. A sua dedicação e seu esforço têm conquistado, cada vez mais, o respeito também do nosso Prefeito, Sr. Fernando Haddad, que admira muito o trabalho que o Sr. Celso Jatene realiza à frente da Secretaria.

Muito obrigado, Sr. Secretário, pelo trabalho e pela presença nessa reunião.

O SR. CELSO JATENE – Muito obrigado. Eu já justifiquei aqui pessoalmente, para o Vereador Orlando Silva, o meu atraso. Fiquei uma hora parado ao lado do Pacaembu.

Digo que já cumpri três mandatos de Vereador. Foram doze anos como Vereador. O parlamentar faz um caminho, e quem faz parte do Executivo Federal, como o Vereador Orlando Silva já fez, sendo um brilhante Ministro do Esporte - todos sabemos disso - tem de fazer outro caminho, da discussão interna, para poder sair o projeto de lei.

Então, enquanto o Vereador Orlando Silva chegou à Câmara e aprovou o projeto em fevereiro, fizemos uma minuta na Secretaria Municipal de Esportes. Começamos o nosso debate, e, em vez de o levarmos para o plenário da Câmara, para as comissões, para as audiências públicas, começamos conversando com os Srs. Secretários Municipais de Planejamento, de Finanças, de Negócios Jurídicos e de Secretário de Governo.

Trouxemos aqui a Lei de Incentivos. Já conversei com o Vereador Orlando Silva e quero transformar isso num compromisso público. Nem precisaria fazer isso, porque esse já é um compromisso público do Sr. Secretário. Primeiro, a lei de incentivos municipal vai ser aprovada nesse ano. Esse é um compromisso do Governo, para começar a valer no ano que vem. Segundo, o texto que o Vereador Orlando Silva apresentou, com certeza, terá algumas alterações, as propostas por esses secretários, que têm a visão do Governo.

Não adianta fazermos um projeto ser votado em primeira e segunda, na Câmara, e falar para o Sr. Prefeito: “Agora V.Exa. pode sancionar”. S.Exa. não vai sancionar.

Então, vamos fazer toda a discussão preliminar. Provavelmente, o texto que estamos tirando do Poder Executivo poderá se transformar num substitutivo desse projeto. Se for de outro formato, seja qual for, terá a digital do Vereador Orlando Silva. Isso tem uma origem. Logo que eu fui anunciado como o futuro Secretário Municipal de Esportes pelo Prefeito eleito Fernando Haddad, ainda não empossado, logo, no mesmo anúncio ou logo em seguida, foi anunciado o Vereador Netinho de Paula, para ser o Secretário da Igualdade Racial. Quando o Vereador foi anunciado, houve um alívio, de que o Vereador Orlando Silva iria para o

Legislativo, a fim de fazer a defesa do esporte lá. Então, a minha sensação foi que eu ganhei um grande aliado no Legislativo, para ajudar no meu trabalho, no Executivo. Isso é o que nós temos feito até agora e vamos continuar fazendo com certeza.

Haverá mais uma reunião talvez nessa semana, para tirarmos o texto que o Sr. Secretário Municipal das Finanças concorda, a Sra. Secretária Municipal do Planejamento concorda e também o Sr. Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos e o Sr. Secretário de Governo concordam. Aí, com certeza, com a concordância dessas quatro pessoas, haverá a concordância do Sr. Prefeito. O Vereador Orlando Silva vai acompanhar esse processo de perto, na discussão interna do Governo, até porque S.Exa. é Vice-Líder do Governo na Câmara Municipal. Talvez S.Exa. tenha de chamar, em breve, uma nova audiência pública, para podermos discutir mais alguns aspectos.

Todos nós estaremos aqui juntos, para discutirmos. Quando aprovamos uma lei, sabemos que nunca é exatamente aquilo que gostaríamos que fosse, exatamente no formato que gostaríamos, mas é a lei possível e nunca damos uma caminhada sem darmos o primeiro passo.

O Vereador Orlando Silva perguntou-me: “V.Exa. aumentou, duplicou o seu orçamento desse ano para o ano que vem?” Eu disse: “Não, ocorre que colocaram, no nosso orçamento, uma expectativa de captação, no Ministério dos Esportes, que é maior do que o nosso orçamento. Logicamente, transformei isso numa meta. Hoje recebi o Sr. Ricardo. De manhã, houve um evento na secretaria, quando o recebi, além de ter recebido também o Sr. Ministro, com todo carinho, primeiramente na minha sala, quando lhe ofereci um café. Apresentei alguns projetos para o Sr. Ricardo, os quais S.Exa. receberá provavelmente amanhã em mãos. Essa é a nossa luta.

Coloco uma questão aos senhores, que é muito importante para nós. Muito provavelmente, o texto da lei não será exatamente como está no projeto, porque a discussão interna do Poder Executivo vai se encontrar com a discussão popular que o mandato do

Orlando Silva está fazendo, com muita propriedade. Nesse encontro, vamos tirar o texto do substitutivo final. Com certeza absoluta, será um texto que todos vão colocar debaixo do braço, e vai sair tentando aumentar a capacidade de fazer o esporte na nossa cidade. Não tenho dúvida nenhuma sobre a necessidade do esporte. A nossa minuta já estava nessa direção, com poucas alterações.

Quando propomos, já propomos muito mais, para vermos se, na discussão, conseguimos algumas coisas prioridades para o esporte. Dou essa posição do Governo. Ela é, acima de tudo, de reconhecimento à luta do Vereador Orlando Silva pelo esporte. Também temos um compromisso com o Sr. Orlando Silva, de que, qualquer que seja o texto aprovado, haverá sua digital, em reconhecimento a tudo que S.Exa. fez pelo esporte a nível nacional, e o que tem feito, em menos de um ano de mandato, pelo esporte a nível municipal.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – Agradeço o Sr. Secretário Celso Jatene. Quem é do Governo quase sempre é zagueiro e quem vai para o Legislativo é atacante. Agradeço o empenho do Sr. Celso Jatene. O que importa para nós é o resultado. O Sr. Celso Jatene, com sua atitude, enfrenta o problema da origem do projeto de lei. Matérias fiscais e tributárias, pela regra, têm uma origem definida. Creio que esse caminho que S.Exa. está construindo conosco vai permitir garantirmos a adequação jurídica e a segurança jurídica, de modo que possamos ter eficácia nessa lei.

A melhor notícia dessa noite é votarmos essa lei nesse ano, para que, em 2014, já esteja, em vigência, uma lei de incentivo fiscal para o esporte na cidade de São Paulo. Isso seria uma grande novidade.

O registro que o Sr. Secretário faz é muito importante. S.Exa. estabeleceu, como meta, chegar perto de 500 milhões de reais. Isso seria perto de 1% do orçamento da Cidade, para o esporte. São Paulo deve ter, em 2014, se tudo der certo, 51 bilhões de reais, aproximadamente, para o orçamento da Cidade. Então, reivindicamos ter 1%. Esse é um valor

já expressivo. Por isso, a iniciativa é se buscarem e ampliarem as fontes de financiamento, para que o Sr. Celso Jatene e sua equipe possam desenvolver iniciativas. Todos que estão aqui, que têm projetos e atividades, poderão assim ter fontes, para se garantir a realização dessas atividades. Por tudo isso, cumprimento e agradeço o nosso Secretário Celso Jatene.

Faço um registro dos presentes aqui, da entidade parceira nossa aqui ao Negro, do Nikey Clube de Marília, da Federação Paulista de Remo e de Clube Paineiras do Morumbi, representado pelo Sr. Miguel. Em nome dessas entidades, agradeço todas as entidades e instituições que participaram dessa nossa audiência pública.

Vou abrir a palavra para os representantes usarem a palavra, expressando suas opiniões sobre esse projeto e sobre o que foi dito aqui pelos nossos convidados.

Tem a palavra o Sr. Wolf, do Instituto Olga Kos.

O SR. WOLF – Boa noite a todos. É fácil falar, tendo tantos amigos aqui e na mesa. O Ministério do Esporte tem duas fases, antes do Sr. Orlando e depois do Sr. Orlando. O Instituto Olga Kos cresceu graças a esse moço que está aqui presente, que nos orientou a entrar no esporte. Só trabalhávamos com arte no Ministério de Cultura. Somos muito gratos a V.Exa. Os nossos meninos estão aqui para lhe agradecer.

Agradeço, de coração, também o Sr. Celso Jatene e o meu amigo Paulo Vieira, por tudo que têm feito por nós.

Fiquei muito feliz de ouvir o senhor falar do Fundo. O Fundo é muito importante porque é muito difícil de captar, principalmente quem trabalha em deficiência intelectual. As empresas que trabalham com deficiências são as que não têm visibilidade de marca. Imagina o senhor um clube de terceira divisão que não tem um público que tem um grande time de futebol para ter uma marca na sua camisa. E olha que esse clube disputa a terceira divisão e tem seus torcedores. Nós, que trabalhamos com deficiência intelectual, fazemos um trabalho inclusivo, lutamos contra preconceitos e temos que convencer um empresário, que está no seu direito de dizer: “Não, eu quero ter a visibilidade da minha marca porque eu a construí; esse

dinheiro está lá, eu posso usá-lo para ter visibilidade de marca”. É uma droga.

Então, é assim, se o senhor está com o clube, nós não estamos preocupados, porque não temos com quem falar. O deficiente intelectual é rejeitado por sua aparência. Um menino com Down, há cinco anos, era chamado de retardado. Então, Vereador Orlando e Sr. Secretário, lhes peço, em nome dos 1.854 meninos que temos em nosso instituto e em nome dos 160 mil deficientes que tem a cidade de São Paulo, que façam um fundo em coloquem nesse fundo 10% para que os projetos atendidos por instituições e empresas que trabalham com deficientes intelectuais tenham a prioridade.

Muito obrigado. Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – Tem a palavra o Sr. Geraldo Soares Ramos, da Associação dos Moradores do Jardim Ipanema.

- Qualidade do som incompatível. Transcrição prejudicada.

O SR. GERALDO SOARES RAMOS – Boa noite à Mesa, ao Sr. Secretário, ao Vereador Orlando, a quem parabênzo pela iniciativa do projeto. As entidades estavam precisando disso e sonhando com isso, mas estavam sem ver luz no fim do túnel.

Sugiro que a captação dos valores dos projetos a serem realizados sejam investigados pela Controladoria Municipal, porque nós temos muitos CDCs e muitos CDMs, dominados por Vereadores, que não estão deixando a comunidade frequentá-los. Quanto ao dinheiro do Município, do cidadão, não sabemos para onde está indo.

Não somos contra as reformas que serão feitas nesses CDMs e CDCs, mas precisamos que abram mais espaços esportivos na Cidade, porque o Governo anterior vendeu muitos campos de futebol frequentado pela comunidade para a construção de prédios. A Cidade, então, precisa ter mais incentivo para a construção de novas praças esportivas. Estamos à beira de um caos. Não adianta ter dinheiro se não temos onde praticar esporte, e sabemos que a maior inclusão social é o esporte.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – Tem a palavra o Sr. Maurício Fernandez, da Abriesp.

O SR. MAURÍCIO FERNANDEZ – Boa noite, senhoras e senhores. Represento a Associação Brasileira da Indústria do Esporte e o Comitê do Desporto, fundado na Fiesp. Esse trabalho com as pessoas e entidades me dá muita alegria.

Vereador Orlando, quero lhe agradecer por ser um batalhador incansável, que fez a diferença no esporte de 2006 a 2011. Recordo-me quando fomos pela primeira vez para a Alemanha brigar pelo Panamericano. Juntamos esforços com o Ricardo Leyser, aqui na Mesa. Em 2009 e 2010, outra batalha juntamente com o Aluizio Nuzzi, no pedido de reforço para a questão do ICMS. Tivemos uma entrevista no Palácio do Governo de Estado, quando o Orlando reforçou a questão do ICMS. Foi mais uma briga. Por isso, Orlando, sou um grande admirador seu pela imensa luta que tem em prol do esporte, que teve uma melhora muito grande em função do seu trabalho como Ministro.

Também estivemos na Fiesp, onde, juntamente com vários empresários de grandes empresas, nos encontramos com o Paulo Vieira, e colocamos o COB à disposição para ajudar na questão do incentivo. Vários empresários de grandes empresas e, na ocasião, foi convidado o Mário Uzuelli para que estivesse nesta noite sendo representado por mim.

Nesse cenário de trabalho, gostaríamos de citar alguns números e algumas questões. Em relação ao fundo, não temos uma opinião formada, mas nas reuniões que o Ari hoje comanda dentro do subcomitê de incentivos à questão do ISS, estamos fazendo uma dinâmica com os empresários, que têm que ser escutados na questão do aporte, pois acho que a parte mais difícil de todos vocês é a captação e quem coloca o dinheiro é o empresário do segmento.

Por isso estamos colocando a Fiesp à disposição para sensibilizar o empresariado, seja para o fundo, seja para o aporte direto. Colocamos à disposição todo o nosso trabalho com a Abriesp e com a Fiesp é no sentido de fazer uma sensibilização do empresariado por

meio de um grande evento que ocorre em setembro, que o Vereador Orlando conhece bem, a Sports Business e por meio de um trabalho do dia a dia para poder levar ao empresariado sensibilidade e saber o que ele realmente quer para fazer os seus aportes de incentivo.

O Ari está nesse trabalho e colocamos à disposição do Secretário Celso Jatene a Abriesp e a Fiesp. Convidamos para uma reunião o Vereador Orlando, indicado para uma próxima reunião, para a qual já temos algumas opiniões formadas.

Antes de encerrar minha fala, passo aos números que o Fábio levantou.

O SR. FÁBIO – Como sobraram apenas 15 segundos, vou ser bem rápido. Na verdade, o excesso é uma característica muito particular de São Paulo: 50% da arrecadação - pelos dados que tenho disponível, apesar de um pouco antigos – depende de 327 empresas. Então, se ficarmos presos a um percentual de contribuição de 2%, teremos grandes problemas, porque vamos alijar 90%, mais de cem mil empresas, no processo, porque elas vão poder dar mil, dois mil reais. Então, precisamos ver muito bem isso, que é um detalhe muito interessante.

A segunda parte, que o Maurício mencionou é que temos que pensar muito na indústria, pois, afinal, de contas, não há lei maravilhosa. Convencer o empresário a direcionar seu recurso é a parte que tem que ser muito bem trabalhada na base da lei; caso contrário, o sucesso é muito mais difícil. Independentemente de como a sociedade acha que o dinheiro vai ser usado, primeiro tem que pensar como obter o dinheiro e quem vai dar doá-lo. Depois disso fica mais fácil.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – Tem a palavra o Sr. Luiz Ricardo, do Lar Nossa Senhora Aparecida.

O SR. LUIZ RICARDO – Boa noite. Engrossando o que já foi dito, é algo muito importante e tem que ser olhado com outros olhos. Na minha entidade há medalhistas do Panamericano, mas nunca tivemos recursos nenhum do Estado, da Prefeitura nem de ninguém. Fizemos o projeto, foi aprovado, já está no *Diário Oficial*, só que é uma luta muito

grande essa captação. Acho até que é quase impossível tirar um por cento de uma empresa, porque as grandes empresas já têm sua fundação e esse dinheiro da isenção de impostos vai para a fundação.

Como já foi falado aqui, a maioria das entidades tem esse problema. Isso teria que ser mudado de alguma forma.

Só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – Tem a palavra o Sr. Paulo Jamelli.

O SR. PAULO JAMELLI – Na figura do Presidente Orlando Silva, cumprimento os demais membros da Mesa. Gostei muito de o Legislativo ser atacante, como eu sempre fui. Então, estamos falando a mesma língua. Estou muito contente com essa iniciativa, pois acho que a cidade de São Paulo realmente tinha a necessidade dessa lei.

Nós, ex-atletas, temos uma dificuldade muito grande em retribuir essa vida de experiências que tivemos. Comentaram aqui de Barcelona. Não vivi lá, mas vivi na Espanha e vi o que aconteceu com a cidade de Barcelona. Foi incrível. Estamos agora num momento em que não podemos deixar de passar essa década esportiva no Brasil sem deixar um legado futuro, para as futuras gerações.

Eu consegui chegar a um nível de seleção brasileira, de disputar uma Olimpíada e de estar nesse nível de excelência no esporte de alto rendimento. Tenho muita preocupação, no entanto, com os meus amigos, com os meus colegas de colégio que, como eu, queriam ser jogadores de futebol. Minha mãe era professora, estudei em colégio estadual. Da minha turma, muitas pessoas se tornaram grandes médicos, engenheiros e advogados. Por meio do esporte, conseguiram se livrar da influência das drogas e das más companhias.

Vários ex-jogadores têm institutos e querem ajudar, querem dar retribuição por tudo aquilo que conseguiram por meio do esporte.

Por isso, acho excelente essa ideia e quero parabenizar todos que estão envolvidos nela. Quero deixar uma sugestão para um comitê ou de uma secretaria de orientação para as

peessoas, tanto para os empresários – que às vezes querem ajudar, mas não sabem como – como para as que querem realizar um projeto, mas não têm a oportunidade de ter um advogado para cuidar disso. Há uma cartilha muito bem escrita no Ministério, mas precisamos criar algo que possa fazer um elo entre a iniciativa privada e as pessoas que querem realizar um projeto, que querem ajudar, que têm um instituto com necessidades tanto olímpica como de integração.

Essa, então, é a ideia que sugiro para ser debatida.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – Tem a palavra o Sr. Fernando Santana, do Conselho da Pessoa com Deficiência.

O SR. FERNANDO SANTANA – Boa noite a todos. Acho que a sociedade tem que ser ouvida e, como representante da Pasta do Esporte, Lazer e Cultura do Município, apoio a atitude. Temos que pensar em melhorar o esporte tendo também verbas do povo e não só depender do empresário. Acho que depender só do empresário é muito perigoso. Acho que uma da contribuição vindo também da pessoa física melhorará o esporte em todos os sentidos.

Como melhorar o esporte da pessoa com deficiência? Como a outra entidade colocou, com estímulos. Deixar um legado para 2020? Isso é verdade. Temos que pensar no futuro, no Brasil de 2040. Imaginem fazermos uma nova Olimpíada 20 anos depois, como outros países fizeram, como Tóquio fará em 2020.

Acreditar no esporte é demonstrar o direito constitucional de que todo mundo tem direito a ele. Que isso também venha da união, que haja mais verbas para os esportes adaptados, que haja mais recursos para essas pessoas para que elas vejam o que eu vejo. Alguns munícipes nos procuram dizendo que querem fazer esporte, que querem ter acesso a melhores condições de vida na cidade de São Paulo.

Para melhorar essas pessoas, o projeto é importante. Como pessoa, apoio o projeto e vou divulgá-lo entre a população, para que ela também contribua, porque isso

também vai ajudar as pessoas. Não podemos, então, apenas depender do empresário, que às vezes só quer *marketing*. Já o povo, ele quer ação, mas próxima dele.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – Registro a presença do Eric, Conselheiro Diretor do São Paulo Atlético Clube.

Tem a palavra o Sr. Luiz Sérgio Rosseto, do Clube do Torcedor.

O SR. LUIZ SERGIO ROSSETTO – Boa noite, Vereador, Secretário, membros da Mesa, estudantes, senhoras e senhores. Gostaria de dar minha contribuição. Eu sou Presidente do clube torcedor. O projeto é oportuno em função de uma urgência que temos de democratizar os esportes. A pergunta que se faz é: por que, a cada competição esportiva, o rendimento de nossos atletas cai? Por que as empresas não estão apoiando nossos atletas? Por que nossos atletas têm que sair do País para poder treinar, para conseguir comprar um equipamento, apesar de existir lei federal de incentivo ao esporte?

Minha contribuição é no sentido de oferecer aos senhores essa reflexão. Que os senhores se debrucem sobre esse projeto e pensem sobre o seguinte: por que o atleta que mora na periferia não consegue treinar, não consegue comprar uma chuteira, não consegue comprar um tênis? Por que o torcedor, que é a figura principal nas competições, passa por um verdadeiro calvário; não tem um mínimo de condição de assistir a uma partida de futebol?

Além disso, há a ideia de se criar um fundo “linkado” com um banco; de a Prefeitura ter um maior dinamismo no controle desses recursos. Porque hoje a Prefeitura, em termos de informática, está sucateada, não tem condições de gerir e organizar. Então, tem que se colocar no projeto, de forma dinâmica, a captação desses recursos, chamando-se os empresários de todos os níveis. Então, trata-se de fazer uma gestão de eficiência para que esse projeto contribua com a cidade de São Paulo. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – O próximos inscritos são Laerte e, em seguida, a Ana Lúcia, da Gazeta de Pinheiros.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente Mundial da União Global Seguros, das Relações de Trabalho e Empreendedorismo para os Desportos e Cultura (?). Nossa organização está em 95 países e possui uma central voltada para o trabalho e empreendedorismo. É uma entidade que vai formar atletas para o futuro e desenvolver a prática dos desportos entre os profissionais. Estamos com um projeto inclusive de instituir 27 clubes de futebol profissionais já a partir de janeiro de 2014.

Vimos parabenizar o Vereador Orlando Silva, o Secretário de Esportes, as demais autoridades da Mesa e todos os demais presentes.

Até chamo a atenção do Vereador Orlando Silva, pois a Mesa é toda composta por homens. Acho que deveria ter pelo menos duas mulheres.

Para se formar uma nova sociedade do conhecimento para o mundo do trabalho e do empreendedorismo, primeiro tem que ter investimento na criança e nos jovens, que serão os novos cidadãos. Nunca no Brasil houve investimento, políticas públicas tanto na área de esportes como educação e cultura voltadas para crianças e jovens. Tanto é que na cidade de São Paulo fizemos um estudo – cujo relatório mandaremos para a Organização das Nações Unidas – e detectamos 450 menores na faixa etária de 7 a 17 anos viciados em crack e outras drogas; e cerca de 65 mil adotadas pelo tráfico de drogas em São Paulo.

Por isso, parablenizo esse grande projeto do Vereador Orlando Silva, de grande relevância para São Paulo. O esporte no Brasil – para termos uma ideia – gera, produz 13% do PIB nacional, o mesmo percentual que a cidade de São Paulo produz; e não há investimento para essa área. Vamos brigar junto ao Governo federal. Para isso, pedimos apoio a todos os clubes e à sociedade brasileira para que o Governo Federal invista 10% do Orçamento da União para o esporte. Porque só o orçamento do tráfico de drogas dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro é três vezes maior do que o orçamento em esporte. Vamos brigar por 10%.

Vou apresentar a V.Exa., Vereador Orlando, que não debate esse projeto só em nível do Executivo, mas convoque o Legislativo, a sociedade e ouça os clubes. Aí, vamos

ajudar a fazer uma lei avançada. Era o que eu tinha a dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – Tem a palavra a Sra. Ana Lúcia, da Gazeta de Pinheiros. Após, para encerrar, o Presidente do Clube Pinheiros, Luís Eduardo Dutra Rodrigues.

A SRA. ANA LÚCIA DONNINI – Boa noite a todos, principalmente aos jovens e à plateia. Quero ser breve. Parabenizo o Sindi-Clube, a participação do Celso, do Orlando, do Paulo e do Toni.

Dois fatos nos chamaram muito a atenção. De maneira alguma, menosprezando todos aqueles que falaram e os que foram ouvidos, eu gostaria apenas de fazer referência ao fundo, assunto muito importante.

Toni, a referência que você fez à Copa dos Paraolímpicos foi questão colocada hoje e creio que vá ser do Ministro Paulo. Conte com os nossos jornais para a divulgação e o apoio, porque o jovem paraolímpico necessita também dessa participação. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – Obrigado, Ana. A última fala será a do Sr. Luís Eduardo Dutra Rodrigues, Presidente do Esporte Clube Pinheiros.

O SR. LUÍS EDUARDO DUTRA RODRIGUES – Boa noite a todos. Cumprimento o Vereador Orlando, em cuja pessoa cumprimento os demais membros da Mesa.

Quero falar sobre a experiência que o Pinheiros na formação em esportes, em formar esportistas. Tivemos a história mudada com o Ministro Orlando. O esporte teve uma história antes do Orlando e outra depois do Orlando. Parabéns, Orlando, por tudo o que você fez para o esporte. (Palmas) E mesmo nós, clube que muitas vezes é tido como clube de elite, fomos beneficiados, assim como o foram outros clubes e entidades aqui presentes, com a abertura que o senhor fez quando Ministro. Então, parabéns.

Agradeço as palavras que você proferiu em relação ao Pinheiros. De fato, o Pinheiros é um clube formador de atletas; é um clube que tem uma história olímpica. Só para acrescer ao que você disse, o clube é responsável, via de regra, pela participação de 10% da

delegação brasileira nas Olimpíadas e de 25% nos Jogos Panamericanos. E tem, em seu quadro de medalhas, 10% das medalhas brasileiras. Então, apesar de ser um clube social, mantido com os esforços dos associados, agora conta com os recursos advindos do Ministério. Essa convergência que hoje vemos aqui importantíssima. Governo Federal, Governo Estadual – que há pouco esteve aqui se manifestando – e agora o Governo Municipal, com essa iniciativa muito bem-vinda. O Clube Pinheiros tem 2,7 mil atletas competitivos. Desses, claro que só parte é de atletas de alto rendimento. Portanto, somos um clube que faz formação.

Estão todos de parabéns. Nosso clube apoia essa iniciativa e estará presente a todo o momento para que esse projeto tenha êxito.

Só uma pequena correção, Orlando. Há pouco você falou em 1%, e a lei fala em 2%. Parece-me que são 2% da arrecadação do imposto predial e também do ISS. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – Permita-me, Dutra. Eu fiz referência a 1% do orçamento municipal, para a Secretaria...

O SR. LUÍS EDUARDO DUTRA RODRIGUES – Ah, eu havia entendido que era 1% da arrecadação que reverteria.

Acho também muito importante a participação do Sindi-Clube, que apresentou um substitutivo sobre a formação do fundo. Esse assunto é muito importante.

Esteve aqui uma entidade que falou da dificuldade que tem para a captação. Pinheiros também tem essa dificuldade; talvez menor, porque hoje estamos no cenário nacional esportivo. Mesmo assim, temos muita dificuldade.

Então, parabéns. Esse é o meu depoimento. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – Obrigado, Dutra. O Betinho ou o Fábio querem falar um pouco mais? (Pausa)

O SR. CEZAR ROBERTO LEÃO GRANIERI – BETINHO - Quero fazer a entrega de nossa proposta de uma forma oficial – tanto ao Ministro Orlando Silva como ao Secretário Celso Jatene.

- Entrega de documento ao Vereador Orlando Silva e ao Secretário Celso Jatene.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – Pessoal, só para vocês saberem: o Betinho nos entregou uma proposta do Sindicato dos Clubes para uma legislação de incentivos fiscais para o esporte da cidade de São Paulo. Agradeço ao Betinho. Passo a palavra ao Secretário de Esportes do Município, Celso Jatene, que fará sobre o fundo, tema abordado por muitos no dia de hoje.

O SR. CELSO JATENE – Quero deixar um alerta para sairmos daqui refletindo sobre isso. Não sei em que pé está nossa discussão interna no Executivo. Vocês perceberam que não adiantei nada exatamente porque não temos como adiantar, pois temos reunião mais à frente.

Primeiramente, quero dizer a vocês sobre o calendário. Hoje é 4 de novembro, e as atividades na Câmara Municipal de São Paulo terminam no dia 15 de dezembro. Temos esse período para aprovar o projeto.

Eu gostaria que vocês pesquisassem e refletissem sobre o que aconteceu com o Fumcad – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ele não chegou a atingir dois dígitos. A arrecadação giravam em torno de 5 milhões, 6 milhões, chegou a 8 milhões por ano. Quando o empresário conseguiu enxergar em que projeto ele estaria investindo, a arrecadação do fundo passou de 200 milhões. Estou dizendo isso para refletirmos. Estamos todos remando na mesma direção.

Há outro lado da moeda, em que os empresários dizem o seguinte: “Se for para colocar meu dinheiro em um panelão e não souber para onde vai, não coloco”. Vamos refletir sobre isso, pois deveremos ter em breve outra audiência pública. Então, que voltemos a esse assunto mastigado, que é superimportante para nós. O Wolf disse o seguinte: “Eu tenho menos capacidade de captação”. Então, se está no fundo, alguma coisa eu consigo captar.

Em compensação, na hora em que o empresário abrir o leque, o seu apelo será muito mais social do que o alto rendimento do Pinheiros por exemplo.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. CELSO JATENE – Você propôs um percentual...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. CELSO JATENE - Desde que haja o fundo.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. CELSO JATENE – Então, a sua ideia desmembrou: investe no projeto; um percentual do investimento no projeto vai para o fundo e, de lá, tem um percentual que vai...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. CELSO JATENE – Agora, só uma observação rápida, Geraldo, em relação aos CDCs. No ano que vem, vamos precisar do Orlando e de todos vocês, pois vamos precisar discutir uma nova proposta de legislação para os CDCs. A lei dos CDCS é uma lei frágil. A gente precisa criar realmente mais responsabilidade, e vamos tocar o dedo nessa ferida no ano que vem, *o.k.*? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva) – Pessoal, antes de encerrar esta reunião, quero agradecer a presença de todos: do nosso querido Conselheiro Nacional do Esporte, Antonio Moreno Neto; do Toni; do Paulo Vieira, que dirige o Departamento de Fomento do Ministério; do Secretário Celso Jatene; do Secretário Ricardo Leyser; do professor Flávio Delmanto; e do Cezar Roberto Leão Granieri – Betinho.

Esta reunião foi gravada porque todas as propostas e sugestões serão examinadas pela área técnica da Câmara Municipal de São Paulo.

Agradecemos, sobretudo, ao Secretário, que já sinalizou positivamente um movimento do Executivo para buscar entendimento e evitar qualquer vício de iniciativa. Penso que esta audiência pública foi um sucesso porque cumpriu o que eu imaginava: ter o Geraldo, um líder comunitário, do lado do Dutra, que é Presidente de um clube socioesportivo importantíssimo; do lado do Jamelli, que é um atleta histórico importante de nossa cidade; do lado do Wolf, que é de uma entidade não governamental responsável por projeto social; do

lado do professor Zeca, que está na sala de aula ministrando Educação Física... Eu poderia citar cada um, mas se trata de um conjunto de atores que ajudam a construir, dos seus lugares, o esporte brasileiro. Só assim, todos juntos dando-se as mãos, que vamos poder dar passos adiante. Isso inclui esta iniciativa. E, se Deus quiser e o Prefeito Haddad e o Secretário Celso Jatene deixarem, conseguiremos aumentar o aporte de recursos para o esporte da nossa cidade.

Está tudo anotado: o debate sobre o Fundo - já mencionado pelo Celso Jatene -, os limites do ISS para não desmobilizar empresas, a questão da burocracia e da facilitação do acesso a essa lei, a questão da transparência do controle dos recursos oriundos dos incentivos fiscais, o problema da orientação para que todo mundo possa chegar perto.

Tudo isso – e mais o que não anotei – está devidamente gravado, e, se der certo, marcaremos uma nova audiência pública. O Celso marcará, depois, uma solenidade bonita para que o Prefeito possa sancionar essa lei e a Cidade e o esporte paulistano possam se beneficiar.

Agradeço à equipe da Comissão de Educação – na pessoa do Fábio -; à equipe do mandato, que ajudou a realizar esta iniciativa; e, sobretudo, Betinho, agradeço de coração ao Sindi-Clube, porque, sem vocês, não faríamos a reunião na noite de hoje neste espaço tão bonito.

Boa noite e muito obrigado a todos. (Palmas)